

Ágil Promotora de Vendas S.A.

CNPJ 08.657.013/0001-02

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Barueri, 31 de Março de 2023.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Ágil Promotora de Vendas S.A. ("Sociedade") tem sua sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e foi constituída em 26 de maio de 2008. Sua principal atividade consiste na intermediação e agenciamento de serviços. A Sociedade é parte de um grupo que atua na atividade de comercialização de veículos, novos e usados, de diversas marcas, conhecido como Grupo Carreira ("Grupo"). Seus negócios são desenvolvidos dentro do contexto de grupo empresarial, onde suas receitas de intermediação e agenciamento de serviços são provenientes das operações comerciais realizadas pelas empresas que compõem o Grupo. Os custos administrativos comuns do Grupo são rateados e a parte atribuída a Sociedade encontra-se registrada no resultado do exercício. 2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras da Ágil Promotora de Vendas S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Sociedade em 31 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. 2.2. Moeda funcional: A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. 2.3. Mensuração de valor: O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para sua mensuração. 2.4. Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. 3. Políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 3.2. Contas a receber de clientes: São apresentadas aos valores de realização. É constituída provisão para perdas na recuperação de créditos em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos, cuja recuperação é considerada duvidosa. 3.3. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução de valor recuperável (impairment), quando aplicável. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5. 3.4. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar, principalmente, pela aquisição de serviços e consumíveis, que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. 3.5. Provisões: 3.5.1. Geral: Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 3.5.2. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.6. Classificação circulante e não circulante: A Sociedade apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou vendê-lo no consumo/lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 3.7. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos: A Sociedade não praticou transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. 3.8. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao

valor recuperável. A Sociedade avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios. 3.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros da Sociedade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Sociedade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração: Os passivos financeiros da Sociedade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionada. Após reconhecimento inicial, sujeitos a juros são mensurados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da perda dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar e fornecedores. 3.10. Reconhecimento da receita: As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possível ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestação de serviços. A Sociedade avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou em sua própria conclusão, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o contratante. 3.11. Impostos e contribuições: 3.11.1. Imposto de renda e contribuição social - corretos: Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada à razão de 32% sobre a receita bruta e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. O imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL), aplicada sobre a base de lucro presumido. 3.11.2. Imposto sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS), alíquota de 0,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), alíquota de 3,0%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2%. 3.12. Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2): A Sociedade avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Sociedade atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: I) Ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; II) Passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. As despesas de aluguel, anteriormente vinculadas aos contratos de arrendamento, tiveram redução e impactaram nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". 3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 ou após: A Sociedade avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2022 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes. 4. Caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

Parcela de curto prazo Parcela de longo prazo

A Sociedade aderiu ao programa de parcelamento simplificado, para mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19, parcelando em 60 meses os impostos devidos no período entre janeiro e abril de 2020, os quais são corrigidos pela SELIC. O pagamento iniciou-se em julho de 2020 e terá último vencimento em junho de 2025. Legendas: FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; INSS - Instituto Nacional do Seguro Social; IRRF - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte; IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica; CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; PIS - Programa de Integração Social; COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; ISS - Imposto Sobre Serviços. 9. Partes relacionadas: 2022 2021

Ativo circulante - mútuo - a) Maruzul Distribuidora de Veículos Ltda. 109 -

Passivo circulante - b) Itá Peças para Veículos Comércio e Serviços Ltda. 32 30

a) Os mútuos ativos entre a Sociedade e suas empresas ligadas foram realizados com o objetivo de equalizar o fluxo de caixa das Empresas e será mantido até que a situação financeira de suas atividades esteja normalizada. Os mútuos são realizados em condições específicas acordadas entre as partes, não prevendo a incidência de juros ou vencimento predeterminado. b) Roteio de despesas administrativas rateadas entre todas as empresas que compõem o Grupo Carreira, devidas a "Itá Peças para Veículos Comércio e Serviços Ltda." 10. Outros passivos: 2022 2021

11. Arrendamento por direito de uso: A Sociedade arrenda imóvel utilizado em sua atividade operacional, onde a vigência do contrato é de 36 meses (3 anos). Esse contrato é anualmente corrigido pelo IPCA Índice acordado entre as partes para que possa refletir os seus valores de mercado. As taxas apuradas para realização da mensuração do valor presente desses contratos foram apuradas com base em juros livres de risco observados no mercado brasileiro, conforme tabela a seguir: Contratos por prazo e taxas de desconto

Tabela de Contratos por prazo e taxas de desconto com colunas: Descrição, Vencimentos das parcelas, Valor total, %

Os cronogramas de amortização estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento.

Tabela de amortização com colunas: Descrição, Vencimentos das parcelas, Valor total, %

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria

de 2021 foi deliberado por meio da 8ª Alteração Contratual a transformação de Sociedade limitada para sociedade anônima. 14.2. Reservas de lucros e distribuição de dividendos: A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social. O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2022 houve a seguinte apuração: R\$

Lucro líquido do exercício 27.197 (-) Reserva legal - 5% (a) 1.359,85 (-) Lucro líquido para cálculo dos dividendos 25.837,15 (-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (b) 6.459,29 (-) Dividendos totais distribuídos (c) 26.796,44 (-) Dividendos adicionais distribuídos (d) 19.927,56 (a) Limite de 20% do capital social já atingido em exercícios anteriores. Durante o exercício de 2022 foram distribuídos e pagos dividendos no montante de R\$ 26.796 (R\$ 15.573 em 2021).

15. Receita líquida dos serviços prestados: 2022 2021 Receita dos serviços prestados 39.619 24.124 (-) Deduções da receita 3.922 2.121

16. Gastos por natureza: As informações de resultado da Sociedade são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza: 2022 2021

17. Resultado financeiro: Receitas financeiras 2022 2021

18. Instrumentos financeiros e riscos operacionais: Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Sociedade restringem-se a títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e partes relacionadas a pagar em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis, em razão de sua característica de curto prazo e por estarem sujeitos a juros de mercado; • Partes relacionadas a pagar: Os valores reconhecidos representam a parcela em Reais dos valores a receber ou devidos em moeda estrangeira, acordados entre as partes. Risco de crédito: A Sociedade não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Sociedade somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível superior de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Sociedade possui aplicações com vencimento em curto prazo (ou similares) e com liquidez imediata. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são o de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Risco operacional: A Sociedade opera na intermediação e agenciamento de serviços e vincula suas receitas as operações comerciais realizadas por outras empresas que integram o Grupo. A performance de suas operações está sujeita às condições do mercado, economia, indústria e o desempenho de suas partes relacionadas. Operações com instrumentos derivativos: A Sociedade não efetuou operações em derivativos especulativos, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2022 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

19. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

20. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

21. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

22. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

23. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

24. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

25. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

26. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

27. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

28. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

29. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

30. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

31. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

32. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

33. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

34. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

35. Saldo em caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

Campi Participações S/A

CNPJ/MF Nº 05.167.738/0001-61

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., os Demonstrativos Financeiros, relativos aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021.

Balanco Patrimonial em 31/12/2022 e 2021 (valores expressos em reais)

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

AK 24 - Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ/ME nº 13.149.157/0001-25 - NIRE nº 35.300.568.591

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data, Horário e Local: Aos 21 dias de março de 2023, às 15:00horas, na sede social da AK 24 - Empreendimentos e Participações S.A., situada na Alameda Santos nº 960, 1º andar/parte, Edifício CYK, Cerqueira César, CEP 01418-100, nesta Capital. Convocação e Presença: Dispensada as formalidades de convocação, face à presença de acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme se comprova por suas assinaturas lançadas no Livro de Presença. Mesa: Presidente - André Kissajikian. Secretário - Carlos de Gioia. Ordem do Dia: Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31/12/2022. Em seguida, foram colocados em discussão e votação os assuntos constantes da "ordem do dia", tendo no final sido deliberado e aprovado pelos acionistas presentes por unanimidade de votos e observadas as abstenções legais, o seguinte: Deliberações: Foram aprovados, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, o Relatório da Diretoria e o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, documentos esses publicados (digital e impresso), no Diário Oficial Empresarial, na edição do dia 16 de março de 2023, págs. 13 e 14 e no Jornal Empresas & Negócios, na edição do dia 16 de março de 2023, pag. 3. As demonstrações Financeiras foram auditadas por auditores independentes nos termos do parecer conjunto juntamente com as mesmas. (RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples - CRC 2SP-030.002/O-7; Emerson Fabri - Contador CRC 1SP 236.656/O-6 e Rafael de Almeida Silva - Contador CRC 1SP 306.022/O-7). Foi dispensado a publicação do aviso aos acionistas, face ao que trata o parágrafo quarto (§ 4º) do artigo 133, da Lei 6.404/76. Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Finalmente, como ninguém se manifestasse, determinou o Sr. Presidente a suspensão dos trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em livro próprio, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes, dando o Sr. Presidente por encerrada a Assembleia. São Paulo, 21 de março de 2023. André Kissajikian - Presidente da Mesa. Carlos de Gioia - Secretário. Acionistas: AK-Empreendimentos e Participações S.A. por seu Diretor Presidente, André Kissajikian e Comercial e Empreendimentos Brasil S.A., por seu Diretor Superintendente, André Kissajikian. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: André Kissajikian - Presidente. Carlos de Gioia - Secretário. JUCESP - Certificado de Registro sob nº 132.783/23-O, em 03/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8593-9B4D-6B1B-1CA7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8593-9B4D-6B1B-1CA7



### Hash do Documento

AC7CAC5D23C8187353AD0219F08031F736D521C80F60709A1D34BFCBE76B19F9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/04/2023 é(são) :

- Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em  
10/04/2023 21:35 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS  
LTDA - 05.687.343/0001-90



LEIA O QR CODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL



[https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade\\_legal/agil-promotora-de-vendas-s-a-3/](https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/agil-promotora-de-vendas-s-a-3/)

The logo for 'Empresas & Negócios' features the word 'Empresas' in a dark red serif font, '&' in a smaller grey font, and 'Negócios' in a blue sans-serif font. A blue triangle points down to the left of the ampersand, and a blue triangle points right to the left of the 'N' in 'Negócios'.

Empresas  
& Negócios